

A Discussão sobre a Educação Especial no Pibid.

Fernanda Welter Adams
Secretaria Municipal de Educação de Catalão¹

Eixo Temático 5: Formação de Professores

Resumo

A história da pessoa com deficiência passou da segregação à inclusão, e, nesse contexto, o acesso e a permanência no ensino regular se tornaram direitos garantidos legalmente. Mas, observa-se que esses direitos somente serão facilitados se o professor possuir formação na área e o entendimento a respeito da importância da educação especial, e esta discussão deve ocorrer nos diversos espaços e momentos formativos, incluindo o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid). Diante do exposto, pretende-se apresentar como o Pibid dos cursos de ciências da natureza (Ciências Biológicas, Física e Química) do Estado de Goiás vem discutido a temática da educação especial com os futuros professores. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que teve como referencial teórico a psicologia histórico-cultural e como instrumentos de construção de dados: análise do Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC), questionário e entrevistas com coordenadores e licenciandos. Os dados foram analisados a partir da Análise Textual Discursiva. Observou-se que grande parte dos pibidianos teve contato com o aluno público-alvo da educação especial durante a realização das atividades do projeto, mas poucos o envolveram nas atividades desenvolvidas. Assim, evidencia-se a necessidade de que a educação especial seja acrescentada nos objetivos do Pibid como forma de garantia da permanência desse aluno na escola e de seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Pibid; Formação Inicial; Educação Especial

INTRODUÇÃO

A legislação garante o acesso desses alunos à escola, mas a permanência deve ser favorecida pelo professor, que precisa considerar as potencialidades deles, de modo a promover o seu processo de aprendizagem. Adams (2018) acredita ser de fundamental importância assegurar a formação de professores para lidarem com as potencialidades desse alunado, e, embora haja diretrizes legais que apontem sugestões de como essa formação deve ser

¹Licenciada em Química e Pedagogia e Mestre em Educação – E-mail.adamswfernanda@gmail.com

feita, é preciso ir além e garantir, de fato, uma formação de professores na perspectiva da educação especial.

Ao discutirem o ensino de ciências para alunos com deficiência, Souza e Messeder (2020) problematizam especialmente o ensino de conceitos que são abstratos, como é o caso da Biologia, e que estabelecem relação potente com recursos visuais. Os autores apontam, ainda, que no processo de ensino da Física, da Química e da Biologia, em uma perspectiva da educação especial, há escassez de recursos. Nesta direção, defendem uma aprendizagem diferenciada e individualizada para atender a esses alunos.

Nesse sentido, Ferreira (2000) e Benite et al. (2009) afirmam que a comunidade acadêmica vem discutindo a melhor maneira de formar os professores para a diversidade. Assim, a mudança na perspectiva da educação e da configuração das salas de aula acarreta também mudanças no perfil do professor que atuará nesse ambiente. Portanto, faz-se necessária a formação de professores na perspectiva da educação especial, para isso, é preciso que todos os cursos de licenciatura incluam em seus currículos disciplinas específicas que discutam a temática.

Ainda é um desafio incorporar aos currículos de formação de professores a discussão sobre a educação especial. Em relação à acessibilidade das pessoas surdas, os cursos de ciências da natureza, assim como outros cursos de licenciatura, incorporaram em seus currículos a disciplina Língua Brasileira de Sinais (Libras), esta medida foi implementada a partir do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

A inserção apenas da disciplina Libras não é suficiente para promover uma formação inicial que capacite os futuros professores para desenvolverem práticas educativas que assegurem a escolarização dos alunos com deficiência. Destarte, considera-se a necessidade desta temática ser discutida não somente no âmbito das disciplinas, mas em todos os espaços formativos dos cursos de licenciatura, inclusive em projetos de pesquisa, em ações de extensão, nos estágios e em outros programas de formação, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid).

O Pibid tem se instituído como um importante espaço de melhoria e ampliação da formação de professores, uma vez que propicia que a Universidade estabeleça parceria e aproximação com escolas de educação

básica da rede pública de ensino, de modo que essas últimas também sejam partícipes na formação dos licenciandos. O programa prevê bolsa aos estudantes de graduação dos cursos de licenciatura e a professores da educação básica no intuito de inserir os graduandos no âmbito escolar, proporcionando a eles a vivência da realidade do processo de ensino e aprendizagem em seu futuro contexto de atuação.

Dentre os inúmeros objetivos do Pibid pode-se destacar: elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica; e contribuir para a articulação entre teoria e prática necessária à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura (CAPES, 2020)

Considera-se a participação dos alunos de cursos de licenciatura no Pibid como uma experiência de grande valia para a formação inicial de professores. Pensando na discussão sobre a educação especial na formação inicial dos professores, entende-se que esse espaço proporciona a oportunidade para o aluno reconhecer a heterogeneidade da sala de aula e assim refletir sobre como possibilitar o processo de ensino e aprendizagem a todos. Dessa forma, pretende-se com esse trabalho apresentar como o Pibid dos cursos de ciências da natureza (Ciências Biológicas, Física e Química) do Estado de Goiás vem discutido a temática da educação especial com os futuros professores.

METODOLOGIA

A pesquisa teve caráter qualitativo e buscou refletir sobre os dados a partir das concepções da psicologia histórico-cultural. Com relação à pesquisa qualitativa, Martins (2004) afirma que essa é importante porque permite coletar evidências a respeito do tema abordado de maneira criadora e intuitiva, visto que há uma proximidade entre pesquisador e pesquisado, possibilitando a compreensão de crenças, tradições, em um máximo entrelaçar com o objeto em estudo.

Destaca-se que o presente estudo foi desenvolvido em um câmpus de cada Instituição de Ensino Superior Pública do Estado de Goiás, sendo elas: a Universidade Federal de Goiás, a Universidade Estadual de Goiás, o Instituto Federal Goiano e o Instituto Federal de Goiás. Isto posto, participaram da

pesquisa nove cursos de ciências da natureza. Os dados que dão origem ao presente trabalhos são oriundos da aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas com licenciandos dos cursos investigados.

Com relação ao questionário, esse foi aplicado a todos os licenciandos dos dois últimos anos da graduação, totalizando 133 participantes, de forma presencial para evitar algumas de suas desvantagens como: a percentagem pequena de questionários que volta, o grande número de perguntas sem resposta, a dificuldade de compreensão das questões e a devolução tardia, que prejudica o calendário ou a utilização dos dados. O questionário possuía 23 questões que, em sua maioria, eram fechadas.

A entrevista também foi utilizada para construção de dados, fez-se uso desta por acreditar que a fala dos participantes que vivenciaram a atual formação inicial de professores seria de extrema importância para se conhecer como a educação especial tem sido discutida. Para tanto, entrevistou-se dois licenciandos do 8º período dos cursos de ciências da natureza participantes. Como critério de escolha dos licenciandos que participariam da entrevista inicialmente determinou-se que um deles seria escolhido por meio de sorteio e, o outro, por indicação dos colegas. Após a coleta de dados realizou-se a tabulação e a análise dos mesmos, esses foram organizados em categorias com base na Análise textual discursiva (ATD) (MORAES e GALIAZZI, 2007).

A PARTICIPAÇÃO DOS LICENCIANDOS NO PIBID

O Pibid tem como meta elevar a qualidade das ações acadêmicas voltadas à formação inicial de professores nos cursos de licenciatura das Instituições de Educação Superior (IES) por meio da inserção dos licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação (GIMENEZ e CHAVES, 2019). Por meio dos objetivos pode-se observar que o Pibid não aborda, em suas diretrizes, a educação especial. Mas, com a garantia legal de acesso e permanência dos alunos público-alvo da educação especial no ensino regular, verifica-se que o número de matrículas desses aumentou. Dados do Censo Escolar de 2018, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), revelam um aumento de 33,2% no número de matrículas dos estudantes público-alvo da educação especial no período

entre 2014 e 2018. Assim, considera-se que em algum momento de sua participação no programa o licenciado terá contato com esse aluno.

Sendo o Pibid um espaço que contribui com a formação de professores, observa-se a necessidade deste abarcar em suas atividades essa discussão. Assim, os licenciandos participantes desta pesquisa foram inqueridos no questionário se participaram em sua formação de projetos de pesquisa, ações de extensão, ou de outros programas de formação, como Pibid,

Constatou-se que nos cursos de Ciências Biológicas 56% dos licenciandos participaram de projetos de pesquisa, ações de extensão, ou de outros programas de formação, como o Pibid, nos cursos de Química, 53%, e, nos cursos de Física, 46%. Os números indicam que mais de 50% dos alunos dos cursos de ciências da natureza investigados participaram de algum projeto ou programa de formação durante a graduação, destes, 30% participaram do Pibid e os demais de ações de extensão ou de algum projeto de pesquisa.

No excerto 1, pode-se observar a fala de L1, que cita sua participação em um projeto de pesquisa:

Excerto 1 - Eu trabalhei com um projeto a partir da disciplina de educação ambiental que a gente teve. Não foi com alunos especiais, mas a gente quer estender esse projeto para estes alunos. O projeto era para conscientização da importância do cerrado, então trabalhamos com a questão do sentir e do toque, a gente fez uma trilha interpretativa onde os alunos ficavam de olhos vendados para sentirem os componentes presentes na trilha. A gente pensou em estender esse trabalho para alunos especiais, mas ainda não temos muita bagagem para trabalhar com estes alunos. L1/Licenciando da Ciências Biológicas.

O licenciando cita um projeto de educação ambiental em que trabalhou a importância do cerrado por meio do toque, nessa atividade os alunos realizaram uma trilha interpretativa para sentirem os componentes dela, pela fala do licenciando acredita-se que a atividade foi realizada apenas com alunos sem deficiência, uma vez que seus olhos foram vendados. Mas, pode-se verificar pelos seus dizeres a sua vontade de desenvolver o mesmo projeto com os alunos com deficiência visual, mas, constata-se que ele dá indícios de não se sentir seguro para realizar tal prática ao afirmar “não ter bagagem para trabalhar com estes alunos”.

Esse dizer é muito comum entre licenciandos e professores atuantes que nunca vivenciaram o trabalho com alunos público-alvo da educação especial,

haja vista que os mesmos apresentam o medo do novo, de experienciar, de trabalhar com esse público, que é desconhecido para eles.

Dessa forma, destaca-se que essa insegurança será suprida por meio de formação inicial e continuada frente à temática da educação especial. Quanto à formação inicial, discutir-se-á, a seguir, se essa se faz presente no Pibid de cursos de ciências da natureza no Estado de Goiás, mesmo este não sendo um de seus objetivos.

“A GENTE LEVOU LUPAS E DIFERENTES MINERAIS, COM CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DIFERENTES PARA MOSTRAR QUE ELES TÊM ARRANJOS E COMPOSIÇÕES DIFERENTES”: O PROGRAMA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA E A EDUCAÇÃO ESPECIAL

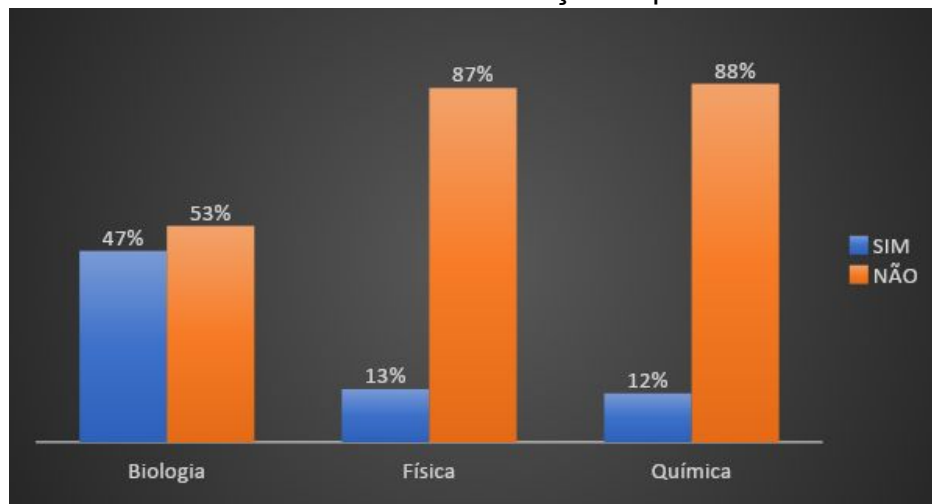
A discussão sobre a educação especial deve ser inserida nos cursos de formação inicial em ciências da natureza, abordando, principalmente, como ocorre o processo de desenvolvimento desse aluno para facilitar que o professor o inclua nas atividades. Portanto, promover espaços de reflexão sobre essa temática na formação de professores é fundamental para que esses se sintam preparados e vejam os alunos público-alvo da educação especial como sujeitos capazes de aprender.

Com base nos escritos de Vigotski e Luria (1996), todos podem aprender e, por isso, desenvolver-se. Todos podem encontrar, em caso de deficiência, meios de desenvolver o talento cultural, isto é, a capacidade de empregar de modo mais eficaz possível as funções que estão íntegras. Quando falta o talento biológico, as mediações culturais contribuem para a construção de um novo edifício: a formação do homem cultural, com todas as compensações possíveis.

Consoante com Vigotski (1997, p.128), a criança com deficiência é, antes de tudo, uma criança, e somente depois é uma criança deficiente. Logo, “não se deve perceber na criança com deficiência apenas o defeito, os gramas de doença, não se notando os quilogramas de saúde que a criança possui.” Pensando no Pibid como um espaço de formação com potencial para promover essa discussão, uma vez que permite o contato dos licenciandos com a realidade escolar, ou seja, com os alunos, perguntou-se aos licenciandos se

ocorre no programa a discussão sobre a educação especial, os resultados são apresentados no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Discussão da Educação Especial no Pibid.



Fonte: Produção própria a partir de dados do questionário (2018)

Por meio dos dados apresentados no Gráfico 1, que foram coletados através do questionário, observa-se que a maioria dos licenciandos que participaram do Pibid não vivenciou a discussão sobre a educação especial no programa, acredita-se que isso se deve ao fato de a temática não constar nas diretrizes dele. Nesse contexto, problematiza-se a falta da discussão sobre essa temática, uma vez que a presença dos alunos público-alvo da educação especial na escola é uma realidade.

Durante a entrevista, realizada com 19 licenciandos, foi possível aprofundar a questão sobre a discussão da temática no Pibid. Dos entrevistados, 16 licenciandos afirmaram terem participado do programa, sendo que oito tiveram contato com alunos público-alvo da educação especial e quatro realizaram alguma intervenção com os alunos.

Os licenciandos que tiveram contato com alunos público-alvo da educação especial e não desenvolveram atividades com os mesmos relataram não terem sido incentivados ou não tiveram interesse em incluir estes alunos nas atividades desenvolvidas:

Excerto 2 - Tem, um aluno que é surdo, ele tem a professora que faz o acompanhamento (professora de apoio), mas assim os projetos que a gente desenvolve são voltados para os alunos de maneira geral, não tem um projeto específico para alunos com necessidades especiais. L2/Licenciandos das Ciências Biológicas.

Excerto 3- Com certeza (E o programa ou o professor orientador te incentivaram incluir este aluno nas aulas, a desenvolver alguma atividade para ele?) Nada a gente só vai na escola e aplica alguma atividade, na maioria das vezes deixa este aluno lado, já atendemos muitos alunos na escola, se dá para auxiliar a gente auxilia, mas é difícil de acontece. O professor orientador não falou nada para auxiliar o aluno e nem mesmo os professores da sala de aula, eles pedem para deixar mais para o lado vamos dizer assim é muito chato. L5/ Licenciandos das Ciências Biológicas.

Por meio da análise dos excertos, pode-se observar que os licenciandos não foram instruídos pelos professores orientadores a incluírem os alunos público alvo da educação especial nas atividades desenvolvidas e mais alarmante ainda é a afirmação do excerto três de que até os professores supervisores do projeto também não incentivaram levar a presença do aluno na sala de aula em consideração; esperava-se que este, por ter a presença do aluno cotidianamente em sala de aula, incentivasse o licenciando a incluir o aluno de forma a promover o processo de ensino e aprendizagem do mesmo.

Evidencia-se mais uma vez que o licenciando afirma ter o contato com o aluno público-alvo da educação especial, mas este espaço de formação não é aproveitado pelo professor orientador e pelo professor supervisor. Este deveria ser um momento em que o licenciando teria a oportunidade de vivenciar a prática com o aluno, tendo a chance de conhecer como se dá o processo de ensino e aprendizagem, pois a formação inicial é o momento de desenvolvimento profissional, e sabe-se que o futuro professor irá se deparar com alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidade e/ou superdotação em sala de aula, então, o mesmo deve ser preparado para isso.

Apesar de não se conhecer o processo de formação inicial e continuada do professor orientador e do supervisor a que os licenciandos se referem, observa-se que este fato pode ter ocorrido devido à falta de formação destes frente à temática da educação especial. Segundo Vilela-Ribeiro (2011), a formação de docentes universitários para a educação especial é tema ainda incipiente em pesquisas e muitos professores formadores não vivenciaram a temática. Portanto, acredita-se que o professor formador promoverá as discussões sobre a temática a partir do momento em que tiver conhecimento sobre a mesma, sendo então necessário que vivencie uma formação continuada sobre ela.

Em contrapartida ao que foi dito por L2 e L5, no excerto a seguir tem-se o relato de L9, que buscou em seu professor orientador o auxílio para a realização de uma atividade com os alunos público-alvo da educação especial:

Excerto 4 - Nos que propomos de elaborar uma atividade para ajudar a aluna, porque no Pibid a gente propõe muito o que vamos fazer e desenvolver, partiu da gente mesmo. ((Mas vocês tiveram auxílio do professor orientador ou buscaram internet, literatura, etc.??)) [...] Ele contribuiu muito, mas a maior parte foi a gente procurando por fora mesmo, mas ele é muito disposto a ajudar. ((Vocês estudaram as especificidades da deficiência teoricamente, leram algum trabalho?)) [...] O professor Lucas ele disponibilizou um livro que ele tem sobre práticas para com alunos cegos, depois disso a gente teve uma ideia de como é, porque o livro ele relata exatamente como foi a aula, lendo a gente teve uma ideia de como trabalhar com um aluno cego que é um pouco diferente. L9/Licenciando da Física

Verifica-se que o licenciando teve a iniciativa, mas teve também o auxílio do professor orientador do Pibid, que passou para ele, primeiramente, um material para estudo, para que conhecesse mais sobre a deficiência visual. Considera-se essa uma prática formativa, pois o professor somente consegue elaborar uma prática efetiva de aprendizagem para alunos público-alvo da educação especial se este conhecer a especificidade da deficiência com a qual irá desenvolvê-la.

Destaca-se o relato do licenciando como momento de troca de experiência entre graduando e professor formador, de discussão sobre o tema e de incentivo para a realização do trabalho com o aluno público-alvo da educação especial.

Outros licenciandos participantes do Pibid buscaram incluir o aluno público-alvo da educação especial nas atividades desenvolvidas por eles em sala de aula:

Excerto 5- Tive contato, com o aluno no EJA, no terceiro ano do Ensino Médio [...] ele, deficiência auditiva professora de apoio tinha que conversar com ele em Libras [...] Não, desenvolvi atividade com o aluno específico não, tentamos incluir ele juntamente com toda a sala, como era uma sala de EJA, os alunos eram bem diversificados, então tentamos fazer algumas atividades práticas, para tentar alcançar todo mundo [...] montamos uma aula de minerais, se não me engano levamos lupas e diferentes minerais, com características físicas diferentes para mostrar que eles tem arranjos e composições diferente; eles ficaram super empolgados vendo ali as configurações e conseguindo diferenciar os minerais. L6/Licenciando de Ciências Biológicas.

Excerto 6 – Tivemos contato com uma aluna deficiente visual. Percebemos que na física onde precisa desenhar para o pessoal entender, como ela não tinha esse recurso ela ficava muito perdida e nos contava isso, então pensamos em desenvolver alguns materiais para auxiliar nessa visualização [...]tentamos trabalhar alguns conceitos de gráfico, de vetor conceitos mais gerais que eram a dificuldade que ela fala ter, tentamos facilitar a visualização [...], elaboramos uns pontinhos assim ((mostra como eram os

pontinhos na mesa se referindo ao uso do braille)) para montar os eixos cartesianos e a partir da ligação destes pontinhos ela formava uma função que dava origem a um gráfico. L9/Licenciando da Física

Excerto 7 - Nós estamos orientando na feira de ciências, que vai acontecer dia primeiro de novembro e tem uma aluna especial, ela tem uma deficiência visual e a gente está pensando em alguma coisa para que ela possa participar da feira, conversando com a coordenadora da escola, ela disse para fazer uma coisa bem simples porque senão ela não ia conseguir participar ou explicar o experimento. Ela (a coordenadora) disse para pegar um modelo da molécula de água, fazer a sua estrutura, com bolinhas de isopor e pedir para ela explicar que o hidrogênio seriam as bolinhas menores e o oxigênio a bolinha maior só isso [...]. L16/Licencianda em Química.

Excerto 8- Desenvolvemos algumas atividades com uma aluna especial. ((O conteúdo trabalhado com os demais alunos e com ela foi o mesmo?)) Não. ((Por que não trabalharam o mesmo conteúdo?)) Porque a sala já tinha passado desse conteúdo [...] era o conteúdo de vetor, grandezas escalares vetoriais, é um conteúdo fundamental para todos os anos da física e ela não conseguir visualizar muito bem, ela mesmo havia falado isso com a gente, por isso escolhemos esse e trabalhos com ela fora da sala. ((Por que a escolha de tirar ela de sala de aula e não trabalhar com ela e com os demais alunos?)) Porque aí a gente estaria congelando a aula, a gente teria que voltar com todo mundo, assim acho que o professor não ia gostar muito disso [...] acredito que daria para trabalhar com todos os alunos. L5/Licenciando da Física

Por meio dos dizeres dos licenciandos pode-se observar que estes tiveram contato com alunos com deficiência visual e auditiva. L6 cita que teve contato com um aluno com deficiência auditiva quando desenvolveu atividades em uma escola de educação de jovens e adultos (EJA) que, segundo ele, dá muita importância à diversidade e à inclusão, não só do aluno público-alvo da educação especial, mas de todos os alunos. As escolas devem ser comunidades que atendem a todos, já que as diferenças humanas são naturais, diga-se, existem, havendo, porém, a necessidade de adaptar a aprendizagem a cada criança (TIERNEY, 1993).

Destaca-se o trecho “Não, desenvolvi atividade com o aluno específico não, tentamos incluir ele juntamente com toda a sala”, que demonstra que o licenciando atuou de forma inclusiva, pois não desenvolveu uma atividade específica para o aluno com deficiência, mas buscou a interação deste com o restante da turma, ou seja, o relato da atividade desenvolvida demonstra indícios de que o licenciando tem uma visão de que o aluno com deficiência é capaz de se desenvolver e, portanto, deve ser incluído nas atividades de sala de aula.

Nos dizeres de L9, L16 e L5 também é possível observar uma preocupação dos licenciandos em incluir os alunos público-alvo da educação especial nas aulas e atividades desenvolvidas. L9 elaborou uma forma de trabalhar gráficos e vetores com uma aluna com deficiência visual por meio do braille, isso a partir de uma conversa com a própria aluna que relatou a

dificuldade frente ao conteúdo discutido, assim, o licenciando buscou uma forma de compensar a deficiência da aluna e promover o aprendizado dela.

Nos dizeres de L16 observa-se que o licenciando tentou incluir uma aluna público-alvo da educação especial em uma atividade que estava sendo desenvolvida na escola, a feira de ciências, e, para isso, procurou o auxílio da coordenadora da escola. Mas, através da fala do licenciando, verifica-se que a busca foi frustrada, pois ele recebeu a orientação de realizar uma “coisa bem simples, porque senão ela (a aluna público-alvo da educação especial) não ia conseguir participar ou explicar o experimento”.

Evidencia-se, por meio da direção dada pela coordenadora da escola, a crença de que a aluna não possui a capacidade de fazer uso do conhecimento científico para explicar um projeto/experimento na feira de ciências e, ainda, de que este deveria ser elaborado pelo licenciando. Observa-se, nos dizeres da coordenadora, a cultura da crença na incapacidade de aprender do aluno público-alvo da educação especial, cultura essa que somente poderá ser superada por meio de uma formação inicial e continuada que discuta as potencialidades dos alunos.

Constata-se que uma solução para a situação relatada por L16 seria inserir a aluna público-alvo da educação em um grupo em que ela pudesse trabalhar em colaboração com os colegas e assim se desenvolver a partir de suas potencialidades. Portanto, entende-se que a escola não é inclusiva e que isso é transmitido aos futuros professores ao vivenciarem experiências de formação em seu espaço.

No relato de L5 observou-se que ele identificou uma dificuldade da aluna com deficiência visual frente ao conteúdo de vetores e buscou desenvolver uma atividade para contribuir com a aprendizagem dela. Mas, para desenvolver a atividade com a aluna, o licenciando a tirou de sala de aula, uma prática com a qual este estudo não concorda, uma vez que a legislação garante o acesso e a permanência do aluno público alvo da educação especial na sala regular de ensino, tendo ele o direito ao Atendimento Educacional Especializado no contra turno de forma complementar ou suplementar (BRASIL, 2008), sendo assim, as práticas desenvolvidas com o aluno devem ocorrer em sala de aula, de preferência envolvendo toda a turma.

Quando questionado sobre o motivo de ter tirado a aluna de sala para desenvolver a atividade, o licenciando afirmou: “Porque aí a gente estaria congelando a aula, a gente teria que voltar com todo mundo, assim acho que o professor não ia gostar muito disso”. Ao retirar a aluna de sala de aula ele vai contra as ideias de inclusão e apenas repete uma prática que é comum nas escolas ditas inclusivas. Destaca-se a visão do licenciando em relação à dificuldade da aluna e sua intenção de buscar uma forma de saná-la, mas salienta-se a necessidade de uma formação inicial de qualidade que prepare os futuros professores para que desenvolvam práticas adequadas de inclusão, levando em consideração as potencialidades do aluno e sua presença na sala regular.

Contribuindo com a fala dos autores, o Pibid tem se consolidado como uma iniciativa muito importante no que diz respeito à formação inicial dos acadêmicos das licenciaturas. Esse vem preencher lacunas existentes na maioria dos currículos dos cursos de licenciatura, especialmente em ciências da natureza. Estes programas aproximam o licenciando da realidade escolar, espaço que proporciona uma rica formação e contribui com a criação da identidade docente. Nele, os licenciandos lidam com situações reais e podem refletir sobre elas e assim se prepararem para o que irão enfrentar quando se formarem. Portanto, é um espaço privilegiado para reflexões, aquisição de conhecimentos e implicações práticas. Concomitantemente, permite a interação entre os licenciandos e os professores da escola, o que pode contribuir também com a formação inicial dos licenciados ou, ainda, com a formação continuada dos professores de ciências da natureza, aproximando formação inicial e continuada.

Pelo exposto, vê-se no Pibid, enquanto espaço de formação, as suas potencialidades para promover a discussão sobre a educação especial na formação inicial dos professores, uma vez que ele permite o contato direto com a sala de aula regular, sendo então necessário que essa temática seja incluída nas diretrizes do programa. Corroborando com essa afirmação, Q102 afirma sobre o Pibid enquanto espaço para a discussão da educação especial:

Excerto 9 - No Pibid pode-se trabalhar mais fortemente a inclusão pelo fato de o discente ter contato direto com os alunos Q102/Licenciando da Química

Nesse enunciado, verifica-se que o licenciando concorda que o Pibid, por proporcionar o contato com o aluno, é um espaço para a discussão sobre a educação especial. Mas, o que se pode observar pelos dados da pesquisa é que ainda pouco se tem discutido sobre a educação especial no programa, e que apenas alguns licenciandos buscam desenvolver atividades que incluam os alunos público-alvo da educação especial, e quando as realizam, muitas vezes por não receberem uma orientação correta sobre como deve ser o processo de inclusão, desenvolvem atividades de forma errônea ou, ainda, ao invés de incluírem o aluno, acabam excluindo o mesmo.

Mas essas tentativas devem ser valorizadas, e acredita-se que será por meio delas e da reflexão sobre elas que se poderá construir uma educação especial forte, pautada na valorização das potencialidades dos alunos público-alvo da educação especial, e se poderá lutar pela garantia da discussão sobre a temática em programas como o Pibid.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Defende-se o Pibid como um rico espaço de formação inicial para os licenciandos por permitir que esses tenham o contato com a realidade escolar por meio do desenvolvimento de práticas pedagógicas e da teoria. A partir desse contato do licenciando com a escola e da garantia legal do acesso e da permanência do aluno público-alvo da educação especial na sala de aula regular, observa-se as possibilidades do Pibid em promover tal discussão e vivência aos futuros professores.

Dessa forma, buscou-se neste trabalho apresentar como o Pibid dos cursos de ciências da natureza (Ciências Biológicas, Física e Química) do Estado de Goiás vem discutido a temática da educação especial com os futuros professores. Por meio dos dados foi possível verificar que as discussões sobre a temática são incipientes, uma vez que a maioria dos licenciandos afirmou que não há a presença da temática no programa e apenas quatro desenvolveram atividades que buscaram incluir os alunos público alvo da educação especial, sendo que algumas das atividades desenvolvidas não estavam em consonância com a ideia de inclusão defendida por este estudo de

que o aluno público alvo da educação especial é capaz de se desenvolver por meio de caminhos alternativos, que podem ser recursos e metodologias. Essas últimas devem ser elaboradas a partir das potencialidades dos alunos, bem como aplicadas tanto com os alunos público-alvo da educação especial, quanto com os demais alunos.

A partir da pouca discussão frente à temática da educação especial no Pibid e da capacidade de contribuição do programa para a formação inicial e continuada de professores, evidencia-se a necessidade de que essa temática seja contemplada nos objetivos do programa como forma de contribuir para a permanência e o desenvolvimento do aluno público-alvo da educação especial na educação básica.

REFERÊNCIAS

ADAMS, F. W. Discussão da Educação Especial nas Disciplinas de Núcleo Pedagógicas nos Cursos de Ciências da Natureza. **Anais...** 3º Encontro das Licenciaturas e Pesquisas em Educação (ELPED) e 4º Encontro das Licenciaturas e Pibid do Sudeste Goiano, Rio Verde, v. 3, n. 1, 2018.

_____. **Docência, Formação de Professores e Educação Especial nos Cursos de Ciências da Natureza.** 2018. 264f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2018.

ADAMS, F. W. **Abordagem Histórico-Cultural:** um olhar para a formação de professores e a educação especial. 1. ed. Curitiba: Editora Appris, 2020.

ADAMS, F. W.; ALVES, S. D. B.; NUNES, S. M. T. Percepções de pibidianos após a elaboração de suas primeiras aulas: o programa tem cumprido seus objetivos? **Revista Iluminart**, São Paulo, nº 17, dezembro, 2019.

ALVES, C. B.; ARAÚJO, M. I. **Formação Continuada dos Profissionais da Educação Especial da Rede Municipal de Uberlândia:** Seu Saber e Fazer. 2017. Disponível em: <http://www.eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/formacao_continuada_dos_profissionais_da_educacao_especial_da_rede_municipal_de_uberlândia.pdf>. Acesso em: 05 mai .2020.

BENITE, A. M. C.; PEREIRA, L. L. S.; BENITE, C. R. M.; PROCÓPIO, M. V. R. Formação de professores de ciências em rede social: uma perspectiva dialógica na Educação Inclusiva. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, v.9, n.3, 2009.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial**

da **União**, Brasília, 23 dez. 2005. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>.
 Acesso em: 15 jun de 2020.

_____. **Decreto nº 7.219, de 24 de junho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID e dá outras providências. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7219.htm>.
 Acesso em: 15 jan. 2018.

CAPES. PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA - PIBID EDITAL Nº 2/2020. CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2020.

FERREIRA, J. R. **Políticas educacionais e educação especial**. Texto apresentado na 23.^a Reunião da ANPEd, 2000.

GIMENEZ, A.; CHAVES, T. O Pibid como espaço de construção de saberes docentes em um curso de Licenciatura em Física. **Revista Insignare Scientia - RIS**, v. 2, n. 4, p. 219-237, 19 dez. 2019.

MARTINS, H. H. T. D. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MIZUKAMI, M. G. N. Relações universidade-escola e aprendizagem da docência: algumas lições de parcerias colaborativas. In: BARBOSA, R. L. L. (Org.). **Trajetórias e perspectivas de formação de educadores**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise Textual Discursiva**. Ijuí/RS: Editora Unijuí, 2007.

SOUZA, E. M. de; MESSEDER, J. C. Célula e Inclusão escolar: Proposta Didática para alunos com deficiência visual. **Revista Insignare Scientia – RIS**, vol. 3, n. 1. Jan./Abr. 2020.

TIERNEY, W. G. Building Communities of Difference. Higher Education in the twenty-first Century. London: Bergin and Garvey, 1993.

UNESCO. **Declaração De Salamanca**: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha.
 VIGOTSKY, L. S; LURIA, A. R. **Estudos sobre a história do comportamento**: o macaco, o primata e a criança. Porto Alegre: Artmed, 1996.

VIGOTSKI, L. S. **Obras escogidas**: fundamentos de defectologia. Madrid: Visor, 1997. v. 5.

_____. A Defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anoral. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 861-870, dez. 2011.

_____. **Obras Escogidas** - V: Fundamentos de Defectologia. Machado Grupo de distribución, S. L. 2012.

VILELA-RIBEIRO, E. B. **Formação de professores de ciências e educação inclusiva em uma instituição de ensino superior em Jataí-GO**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação de Ciências e Matemática), Universidade Federal de Goiás/Regional Goiânia, 2011.